

A questão da cientificidade das ciências humanas

*Lidia Maria Rodrigo**

Resumo: O artigo examina a questão da construção das humanidades como ciências autônomas no século XIX, a partir do seu distanciamento da filosofia e aproximação das ciências naturais, cujos procedimentos metodológicos foram tomados como padrão universal de cientificidade. Examina não apenas como o positivismo formulou o primeiro esboço de uma teoria geral das ciências humanas com base no modelo das ciências da natureza, mas também os problemas decorrentes desse empréstimo metodológico. Termina por mostrar que a recusa do modelo positivista não implica negar a possibilidade de um saber científico sobre o homem, na medida em que existem alternativas que procuram viabilizar as ciências humanas dentro de outros parâmetros, distintos daqueles positivistas.

Palavras-chave: Epistemologia; positivismo; ciências da natureza; ciências humanas.

Abstract: This article brings an analysis of the building of humanities as autonomous sciences in the eighteenth century, since they became distant from philosophy and close to natural sciences, whose methodological procedures were taken as a universal pattern of scientificity. It also presents a study on how positivists have formulated both the first sketch of a general theory of human sciences based on the nature sciences model and the problems resulting from this methodological borrowing. It ends by showing that refusing the positivist model does not mean refusing the existence of scientific knowledge about man, since there are alternatives by which some people try to make human sciences viable according to parameters that differ from the positivist ones.

Key words: Epistemology; positivism; nature sciences; human sciences.

1- O projeto de uma autonomia das ciências humanas

Fruto do saber elaborado pela filosofia na Antigüidade, a primeira forma de conhecimento do homem sobre si mesmo antecedeu em muitos séculos o surgimento das ciências humanas. A atenção dos primeiros filósofos, contudo, não se voltou inicialmente para o homem, mas para o cosmos. Os pensadores conhecidos como pré-socráticos ocuparam-se, sobretudo, com a explicação sobre

* Professora do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp. lidia@lexxa.com.br

a ordem do mundo, com a intenção de conferir um sentido novo às coisas, investigando seus princípios. Somente a partir do século V a.C., com Sócrates e os sofistas, a filosofia colocou no centro de suas preocupações o tema antropológico, procurando compreender o sentido da existência e da ação humanas.

Pode-se perguntar por que razão a reflexão sobre o homem só se processou posteriormente às indagações cosmológicas. É possível supor que, num primeiro momento, talvez seja mais fácil colocar a atenção sobre o mundo e sobre as coisas que se encontram diante de nós, uma vez que a investigação sobre o homem requer uma postura muito mais complexa. Ela demanda um retorno reflexivo sobre si mesmo, pelo qual o olhar deve deslocar-se daquilo que vê para aquele que vê.

De qualquer modo, o que interessa neste momento é registrar que, no mundo ocidental, a primeira forma de conhecimento sistematizado sobre o homem não foi produzida pela ciência, mas por intermédio da filosofia.

A ciência, no sentido em que a entendemos hoje, é relativamente recente. Ela só foi elaborada no século XVII, com a Revolução Científica Moderna, e as primeiras ciências a se constituírem como tais não foram as ciências humanas, mas as ciências da natureza. Mais uma vez o estudo da natureza precedeu a investigação sobre o homem, e essa ordem terá conseqüências epistemológicas, como se verá a seguir.

Além de promover mudanças substanciais nas concepções cosmológicas herdadas da antiguidade, a Revolução Científica Moderna também foi responsável por uma nova concepção de ciência, que desde então passou a ser caracterizada como um conhecimento objetivo, metódico, baseado em comprovações que aliam experiência e razão, fazendo uso da quantificação e da linguagem matemática.

Tal modelo de cientificidade foi construído em oposição à cosmologia e às concepções epistemológicas aristotélico-tomistas. A novidade da ciência moderna residiu precisamente na afirmação da autonomia da ciência do sensível e na sua progressiva recusa de subordinação à elucidação filosófica. Vancourt assinala com precisão em que sentido a gênese da ciência moderna comportou um procedimento de libertação da metafísica “A inteligência inverte o movimento que a encaminha para o ser e a essência das coisas. Muda de direção a fim de ocupar-se dos dados fenomenais em si mesmos.” (1964, p.44) Já não se trata mais, como em Aristóteles e Santo Tomás, de partir do sensível para transcendê-lo e chegar às essências inteligíveis, constituindo uma metafísica. Galileu, ao contrário, permanece no âmbito da própria experiência; estuda o mundo natural não para colher essências, mas para compreender os fenômenos sensíveis e suas leis, que ele considera ser possível decifrar com base na linguagem matemática.

É importante assinalar que esse novo modelo de ciência foi assumido como parâmetro não apenas para o conhecimento de determinada região do real – a natureza –, mas foi aceito como padrão universal de cientificidade. Isso não quer dizer que se deva atribuir tal intenção aos cientistas que fizeram a Revolução Ci-

entífica – Copérnico, Kepler, Galileu, entre outros –, mas simplesmente que assim tal modelo foi interpretado por alguns de seus sucessores. Com base na premissa de que o procedimento de ciências exemplares, como a física, havia instituído a única categoria de conhecimento dotado de crédito, o modelo de cientificidade das ciências da natureza foi tomado como parâmetro da ciência enquanto tal. Daí em diante qualquer conhecimento que reivindicasse validade científica teria de satisfazer os critérios que presidiram à constituição das ciências naturais.

Compreende-se, então, a razão pela qual as humanidades, quando passaram a alimentar a pretensão de se constituir em ciência, foram buscar precisamente nas ciências da natureza os critérios e as diretrizes capazes de converter o saber sobre o homem em conhecimento científico.

2- Construção positivista de um estatuto de cientificidade para as humanidades

De que modo as ciências humanas construíram seu estatuto de cientificidade ou como adquiriram positividade?

Conforme já foi apontado, a transição para um padrão científico de conhecimento realizou-se primeiro no âmbito das ciências da natureza, no século XVII; só no século XIX ela se processa nas ciências humanas, fruto de uma transposição metodológica das ciências naturais. O projeto de construção de sua autonomia científica conduziu, intencionalmente, a um distanciamento da filosofia – lugar originário da reflexão racional sobre o homem no mundo ocidental – e das ideologias, consideradas ambas como discursos não científicos. Ao eleger os parâmetros de cientificidade como critério único de verdade, o positivismo de Comte (1798-1857) atribuiu à ciência o monopólio cognitivo da totalidade do real – natureza e cultura humana –, classificando a tradição filosófica como etapa ultrapassada de uma ciência imatura. Por isso mesmo, quando no século XIX o conhecimento sobre o homem passou a situar-se no plano da positividade, os discursos anteriores foram considerados ideológicos, quer dizer, representações pré-científicas ou mesmo pseudocientíficas.

As teorias positivistas constituíram os primeiros esboços de uma teoria geral das ciências humanas. O positivismo de Comte e de Durkheim assinala o fim da teoria do conhecimento, instalando em seu lugar uma teoria da ciência. Segundo Habermas, tal substituição fica evidenciada no fato de que o sujeito cognoscente não mais se apresenta como uma referência para a elucidação do processo cognitivo (Cf. 1982, p.90). O objetivismo inerente a essa posição teórica reduz o conhecimento científico a um conjunto de fatos estruturados por leis, sem se dar ao trabalho de problematizar o ato mesmo de constituição dos fatos ou a participação do sujeito cognoscente nesse processo. Nessa perspectiva, Habermas afirma que “A

postura positivista mascara a problemática da constituição-de-mundo. *O sentido do próprio conhecimento torna-se irracional*, e isso em nome de um conhecimento exato.” (1982, p.91; grifo do autor). A indagação sobre o sentido do conhecimento é substituída pela questão positivista acerca do sentido dos fatos.

Embora Habermas, com razão, não considere Comte um pensador original no plano metodológico, uma vez que este último elabora sua teoria com base numa combinação eclética de elementos da tradição empirista e racionalista pré-crítica, reconhece que esse pensador produz uma inovação na postura filosófica frente às ciências ao formular “uma metodologia científica que põe, em lugar do sujeito da teoria do conhecimento, o progresso técnico-científico como sujeito de uma filosofia cientificista da história.” (HABERMAS, 1982, p.94) Comte substitui o conceito filosófico do conhecimento por uma explicação do sentido da ciência; com isso, a objetividade do conhecimento deixa de ser pensada a partir do horizonte do sujeito, passando a ser compreendida como derivada exclusivamente da área do objeto. Tal procedimento tem algumas implicações epistemológicas:

1) A objetividade é entendida como o contrário da subjetividade; saber objetivo e saber subjetivo são convertidos em domínios antagônicos e exclusivos, posição que não deixa de ser tributária de uma concepção pré-crítica do conhecimento.

2) A objetividade é dogmatizada, uma vez que já não há como nem por que refletir criticamente sobre as condições da objetividade ou problematizar o processo de produção do conhecimento científico. Habermas conclui que o positivismo acaba por blindar a pesquisa contra uma auto-reflexão (Cf. 1982, p.90).

De fato, uma auto-reflexão sobre a concepção objetivista do conhecimento poderia revelar que se esta não se sustenta nem na esfera das ciências da natureza, menos ainda em relação às ciências humanas. Os procedimentos investigativos das ciências naturais caracterizam-se pela construção hipotética de teorias sujeitas à verificação experimental posterior, de modo que o resultado dessas experimentações corresponde às hipóteses explicativas, e não à descrição da realidade tal qual ela é objetivamente, ao contrário das ilusões cultivadas pelo positivismo clássico. Assim, as explicações dos eventos formuladas pelas ciências da natureza dependem de hipóteses estabelecidas com base em condições previamente definidas pelo pesquisador. Paul Veyne lembra que a ciência não busca o real, mas o formal: ela procura construir um discurso rigoroso, ao qual os fatos obedecem formalmente, dentro dos limites de sua abstração (Cf. 1982, p.118). O que significa dizer, contra o objetivismo, que os fatos não são *dados* aos sentidos e à razão, mas *construídos* pelo pesquisador.

Essa concepção de cientificidade é que as ciências humanas foram buscar nas ciências naturais, embora tal empréstimo sempre estivesse sujeito a dificuldades epistemológicas de várias ordens. Como observa Marilena Chauí, não sendo possível

uma transposição integral e perfeita dos métodos, das técnicas e das teorias naturais para o estudo dos fatos humanos, as ciências humanas acabaram trabalhando por *analogia* com as ciências naturais e seus resultados tornaram-se muito contestáveis e pouco científicos. (1994, p. 271; grifo da autora)

Podemos afirmar que, nos termos em que foi posta no século XIX, a questão da cientificidade dos estudos sobre o homem viveu e vive até hoje uma situação paradoxal: as ciências humanas não conseguem realizar inteiramente o modelo de positividade emprestado das ciências da natureza, mas também não se decidem a abandoná-lo, com receio de perderem seu direito de acesso à positividade.

O positivismo comteano pode ser considerado o grande responsável pela formulação de uma metodologia derivada das ciências da natureza. Essa transposição foi justificada com base na premissa de que a sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis e independentes da vontade e da ação humanas. Em sendo assim, o mesmo método de estudo poderia ser aplicado ao estudo tanto da natureza como da sociedade. Os positivistas julgavam que nas ciências sociais se deveria proceder como nas ciências da natureza, isto é, deixar de lado as pressuposições, separar os julgamentos de fato dos julgamentos de valor, a ciência da ideologia, visando alcançar um conhecimento inteiramente objetivo.

Para Durkheim, por exemplo, a interferência de juízos de valor na investigação sociológica apenas revelaria a imaturidade dessa ciência em relação à matemática e às ciências físico-químicas. Ele pede ao sociólogo que estude os fatos sociais “como coisas”, “de fora”.

O que se reclama do sociólogo é que adote o estado de espírito em que se colocam os físicos, químicos ou fisiologistas, quando se embrenham numa região ainda inexplorada do seu domínio científico. [...] Ora, falta à sociologia atingir este grau de maturidade intelectual (1973, p.379).

A exemplo de outros positivistas, Durkheim considerava que as ciências humanas só poderiam superar seu estado de imaturidade epistemológica quando se submetessem aos critérios de cientificidade formulados pelas ciências naturais.

3- A viabilidade de uma ciência do homem

Posto nesses termos, o ideal de cientificidade das ciências humanas converte-se numa questão extremamente polêmica. Em nome das exigências do rigor científico, os positivistas pretendem que essas ciências fujam ao âmbito dos valores e das significações para que seu objeto possa ingressar na ordem dos fatos ou no domínio da objetividade plena. Semelhante intenção conduz, inevitavelmente, a uma

pergunta: ao pretender que as ciências humanas se constituam sobre o modelo das ciências naturais, elas não correm o risco de se converter em ciências sem o homem? Sua cientificidade, edificada sobre tais parâmetros, não será proporcional à sua desumanização?

Ainda assim, é inegável que a edificação das ciências humanas a partir do século XIX esteve amplamente calcada no modelo das ciências da natureza. Caso se abandone o modelo positivista, hoje sujeito a toda sorte de crítica, será necessário, simultaneamente, renunciar a qualquer tentativa de construção de um saber científico sobre o homem? Serão as ciências humanas inviáveis?

A esse respeito parecem existir duas alternativas que, por não serem mutuamente excludentes, talvez sejam complementares.

Pela primeira, as ciências humanas procurariam preservar seu direito de acesso à positividade, submetendo-se aos parâmetros de cientificidade que vigoram no âmbito das ciências da natureza, embora reconhecendo seus limites, na medida em que o processo de objetivação só é aplicável a uma parte do fenômeno humano. Paul Veyne aposta nessa alternativa ao afirmar que é preciso considerar como não científica uma boa parte das ciências humanas atuais, mas, simultaneamente, afirmar a possibilidade de uma ciência do homem (Cf. 1982, p.120) E conclui: “O faro do teórico é, pois, adivinhar que aspectos da realidade são susceptíveis de serem traduzidos na linguagem rigorosa e fecunda das deduções da matemática...” (VEYNE, 1982, p.123).

As ciências humanas podem, portanto, empregar procedimentos científicos, sem que isso implique a redução do homem a essa forma de estudo. Existem, obviamente, processos e fenômenos humanos objetiváveis, mas o homem não é inteiramente objetivável. No âmbito das ciências humanas, não há como evitar inteiramente as conotações valorativas, ideológicas, subjetivas; a identidade parcial entre o sujeito e o objeto de estudo por si só já inviabiliza a efetivação do ideal positivista de objetividade. O sociólogo não pode se colocar de fora da sociedade para estudá-la; o mesmo acontece com o historiador em relação à história, com o lingüista em relação à língua, e assim por diante.

A segunda alternativa que tem sido apontada consiste em defender a autonomia metodológica das ciências humanas, criando uma forma própria e específica de acesso à positividade. Não se trataria, na verdade, de abrir mão da possibilidade de cientificidade, mas de abdicar do padrão positivista de ciência para construir um modelo próprio, adequado ao seu domínio de investigação e epistemologicamente viável. Nessa perspectiva, Vancourt declara que

não é indispensável às ciências do homem seguirem os caminhos traçados pelas ciências da natureza. Elas podem perfeitamente utilizar métodos próprios, diferentes do da física

matemática, sem perder, por isso, sua “positividade”, sem tornar-se uma metafísica do homem e renunciar à formulação de verdades controláveis pela experiência (1964, p.43).

Esta última alternativa implicaria assumir um posicionamento contrário à negação positivista da especificidade metodológica das ciências humanas em relação às ciências da natureza, que desqualifica o conhecimento produzido pelas primeiras em nome de um ideal unitário e homogêneo de cientificidade. Nas ciências humanas não se trataria de eliminar totalmente a influência de determinações sociais e juízos de valor em nome de um pseudoconhecimento neutro, mas, como propõe Lucien Goldmann, de tornar conscientes tais interferências e integrá-las na investigação científica para evitar, ou reduzir ao mínimo, sua ação deformante (Cf. 1972, p.36).

Em certa medida as duas alternativas acima acabam convergindo na idéia de que, mesmo sendo impossível produzir um conhecimento neutro, alguma forma de objetividade se revela viável, não aquela de caráter positivista, mas um discurso apropriado à compreensão do fenômeno humano como tal, que não condena *a priori* toda e qualquer forma de subjetividade, porque se recusa a admiti-la incompatível com a elaboração de um conhecimento objetivo sobre o homem.

Referências bibliográficas

- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
- COMTE, A. Curso de filosofia positiva. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- DURKHEIM, É. As Regras do método sociológico. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- JAPIASSU, H. *Nascimento e morte das ciências humanas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- JAPIASSU, H. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- GOLDMANN, L. *Ciências Humanas e Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VANCOURT, R. *A estrutura da filosofia: as origens do homem*. São Paulo: Duas Cidades, 1964.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

Recebido em 10 de abril de 2006 e aprovado em 23 de junho de 2006.